



GRUPO DE RISCO
Estabelecido retorno gradual de servidores

Página 2

ARTIGO

A PEC 32 vai reduzir a desigualdade no Brasil?

Página 4

3 ATOS

Dom Phillips e Bruno Pereira, presentes!

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

ANO XV - Nº 174
Cuiabá - Junho de 2022

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepmt.org.br



IDAS E VINDAS

Cresce entre os servidores desconfiança e indignação com o governo Bolsonaro

Fechado ao diálogo transparente e se negando a abrir um canal efetivo de negociações, governo ainda se mostra incapaz de cumprir as próprias propostas para o funcionalismo

Enquanto você lê essa nota há uma possibilidade de terminar a leitura com algum representante do governo Bolsonaro dando informações diferentes da que foi divulgada. Essa tem sido uma situação recorrente quando se trata do tema reajuste para o funcionalismo público. Ainda em junho do ano passado, surgiram as primeiras notícias de que Bolsonaro havia encomendado estudos para um reajuste linear de 5% a servidores. Mas de lá para cá, inúmeras versões de propostas foram divulgadas.

Durante um evento na última sexta-feira, 24, o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, afirmou que o auxílio-alimentação dos servidores federais passaria de R\$ 458 para R\$ 900 a partir de julho. A informação foi publicada em alguns veículos de imprensa que ouviram fontes que acompanharam o evento. Ontem, 29, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, desmentiu a informação e afirmou que os servidores não terão aumento no vale-alimentação.

Essas notícias, divulgadas pela grande mídia, forma como representantes da categoria tem acesso a elas, se soma a tantas outras que vem sendo divulgadas sobre propostas do governo Bolsonaro para o reajuste dos servidores. Diante de tantas especulações e idas e vindas não se sabe afinal quem está com a verdade.

Entre declarações do próprio presidente, do ministro da Economia, ministros da CGU, da Justiça, da Casa Civil, e outros, o fato é que o governo rejeita abrir um canal de negociação efetivo com representantes dos servidores. As incertezas do governo Bolsonaro vem gerando uma indignação crescente no funcionalismo.

Paulo Guedes, em Davos, disse recentemente que seria possível conceder 5% de reajuste ao funcionalismo. A mesma informação já havia sido divulgada pelo próprio presidente que voltou atrás no seu discurso há poucas semanas dizendo que "lamentavelmente, não tem reajuste para servidor".

Reprodução



Rejeitada - Sobre deixar ainda em aberto uma possibilidade de aumentar o valor do vale-alimentação, e encaminhar reajuste e reestruturação de carreiras para 2023, a Condsef/Fenadsef rebate. Para a entidade, Bolsonaro mostra apenas que quer o voto de quem não confia mais nele. "Nossa história sempre nos mostrou e prova isso. Nenhum avanço nos foi garantido sem muita luta e mobilização e assim sabemos que vai continuar sendo", destaca Sérgio.

A ideia de um aumento no vale-alimentação já foi rejeitada anteriormente pela maioria dos servidores por deixar milhares de aposentados e pensionistas de fora. "Esse desrespeito e abandono com quem representa a maioria dos servidores do Executivo é algo inadmissível", reforça o secretário-geral.

Em ano eleitoral não podemos nos deixar levar por mentiras e muito menos por promessas, ao invés daquilo que nos é de direito. Seguiremos firmes e em luta até sermos atendidos. (FONTE: CONDSEF)

Fotos: Mario Hashimoto



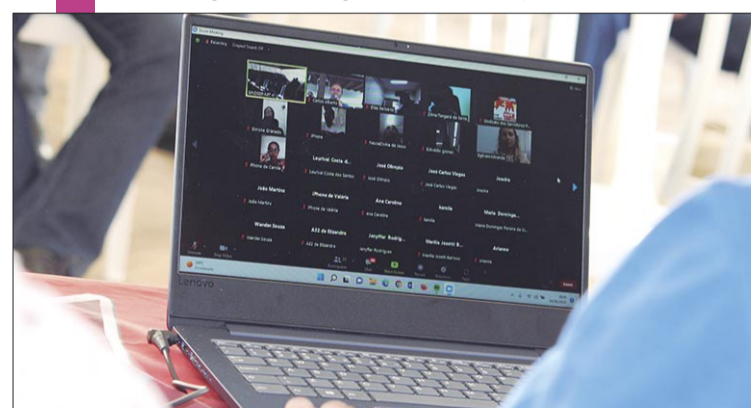
Servidores filiados participaram da assembleia presencial

Filiados do Sindsep-MT foram convocados para participarem no último dia 28, da assembleia geral ordinária em sua sede. A reunião foi híbrida (presencial/virtual). Foi discutida e deliberada os informes gerais e jurídicos, prestação de contas referente ao exercício de 2021 e criação do conselho deliberativo para tratar do plano de saúde da Unimed.

A pauta mais discutida foi a criação de um fundo exclusivo para o plano de saúde, uma vez que o sindicato vem enfrentando problemas com inadimplência pois de acordo com o contrato firmado com a empresa Plural, que administra o plano de saúde, o sindicato é responsável pela emissão de boletos e pagamento integral da carteira.

Foram feitas várias sugestões e para que a maioria que usa o plano não seja prejudicada. Foi aprovada para que sejam notificados os associados que estão em atraso e em caso de não justificativa plausível e de nenhuma negociação, a pessoa seja excluída da Unimed e cobrada judicialmente.

Foi aprovada a criação do conselho e seus representantes que ficaram responsáveis por formular o regimento. O fundo não foi aprovado, pelo menos por enquanto. Foi pedido para os devedores que regularizem a dívida utilizando o décimo terceiro que será, de acordo com o governo, pago neste mês de julho.



Ainda com os devidos cuidados, a reunião também foi virtual

Empregados da Ebserh voltam a se mobilizar em ato nacional

Empregados da Ebserh lutam para desativar três anos de negociações repressadas com a empresa. Apesar de muitas tentativas de buscar um acordo com a direção da Ebserh, conflitos insistem em travar o processo de negociação por ACTs justos para todas e todos. Inclusive, a mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) segue pendente. "Nada mudou e para avançar nesse processo a mobilização de todos e todas será fundamental", destaca Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Cond-

sef/Fenadsef. Para buscar esse avanço, empregados se unem em mais um grande ato nacional confirmado para o próximo dia 8 de julho.

A pauta apresentada pelos empregados inclui a manutenção de todas as cláusulas sociais do ACT vigente, concordando com a alteração da redação das cláusulas 2ª, 4ª, 12ª, 13ª, 14ª, 17ª e 27ª, conforme pactuado na mesa de negociações. A categoria ainda reivindica reajuste linear de 22,30% incidindo sobre os salários e benefícios dos empregados públi-

cos da Empresa, além de cobrar o pagamento dos valores retroativos sobre salários e benefícios considerando os respectivos ACTs vencidos. Além do reajuste linear, a categoria busca um aumento de R\$ 600,00 aos assistentes administrativos e aos técnicos em radiologia. Além disso, buscam vigência de três anos (Março de 2020 a Fevereiro de 2023) para o próximo acordo.

Na última reunião de mediação dos Acordos Coletivos de Trabalho da Ebserh, a ministra do TST, Delaide Miranda, chegou a

apresentar uma contraproposta que inclui a manutenção das cláusulas sociais do atual ACT da empresa, pagamento integral linear para todos os empregados de 20% a partir de janeiro de 2022, sem retroativo por força da Lei Complementar 173/21, além da manutenção da insalubridade da forma como se encontra. A direção da empresa não concordou com nenhuma das propostas que foram apresentadas, nem pelas entidades, nem pelo TST, mantendo o impasse nas negociações. (FONTE: CONDSEF)

GRUPO DE RISCO

Justiça estabelece retorno gradual de servidores

Decisão é válida para todos servidores e empregados públicos tendo em vista o aumento de casos de contaminação, internações e óbitos por causa da covid-19

A Justiça Federal do Distrito Federal deferiu tutela de urgência de natureza antecipada em caráter antecedente em ação proposta pelo Sindifisco Nacional para suspender de imediato os efeitos do art. 3º, da Instrução Normativa n. SGP/SEDGG/ME nº 36/2022, que passaria a produzir efeitos em 6 de junho de 2022. Tal dispositivo legal estabelece o retorno em massa dos servidores, inclusive os pertencentes ao grupo de risco para a Covid-19, ao trabalho presencial.

Dessa forma, fica mantida a vigência da IN SGP/SEDGG/ME nº 90/2021, que estabelece o retorno gradual dos Auditores-Fiscais pertencentes ao grupo de risco, tendo em vista o aumento dos casos de contaminação, internações e óbitos de pessoas pertencentes a este grupo, resguardando a estes a permanência em trabalho remoto, considerando, sobretudo o caráter preventivo e urgente que reveste o pedido.

Esclarece a decisão judicial que "o grupo de substituídos em condições de risco para a COVID-19 [deve ser mantido] em trabalho remoto, até ulterior melhora do quadro pandêmico e ou eficácias das

medidas protetivas e imunizantes em desenvolvimento pelos órgãos de saúde".

Informa, ainda, que "por economia e celeridade processual, cópia desta decisão servirá como ofício ao secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, que deverá cumpri-la de imediato".

Lembramos que a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 28 de setembro de 2021, em seu artigo 2º, define quem são os servidores elegíveis ao retorno às atividades presenciais e lista as exceções no art. 4º, nos seguintes termos:

Art. 2º Todos os servidores e empregados públicos, com exceção daqueles listados no art. 4º, ficam elegíveis para fins de retorno ao trabalho presencial, observados os requisitos do art. 3º.

Art. 4º Deverão permanecer em trabalho remoto, mediante autodeclaração, as seguintes situações abaixo:

I - servidores e empregados públicos que apresentem as condições ou fatores de risco descritos abaixo:

a) idade igual ou superior a 60 anos;

Foto: Mário Hashimoto



Servidores públicos que apresentem fatores de risco devem permanecer em trabalho remoto

- b) tabagismo;
- c) obesidade;
- d) miocardiopatias de diferentes etiologias (insuficiência cardíaca, miocardiopatia isquêmica etc.);
- e) hipertensão arterial;
- f) doença cerebrovascular;
- g) pneumopatias graves ou descompensadas (asma moderada/grave, DPOC);
- h) imunodepressão e imunossupressão;
- i) doenças renais crônicas em estágio avan-

- çado (graus 3, 4 e 5);
 - j) diabetes melito, conforme juízo clínico;
 - k) doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica;
 - l) neoplasia maligna (exceto câncer não melanótico de pele);
 - m) cirrose hepática;
 - n) doenças hematológicas (incluindo anemia falciforme e talassemia); e
 - o) gestação. [...]
- (COM SINDIFISCO)

PONTE DA DESTRUIÇÃO

Trabalhadores voltam a rebater Bolsonaro sobre reajuste negado neste ano

O presidente Jair Bolsonaro voltou a enviar recado aos servidores públicos que ele considera "revoltados" por não ter reajuste salarial neste ano. Em conversa com apoiadores no cercadinho do Palácio da Alvorada nessa quinta-feira, 23, o presidente chegou a comparar a indignação da maioria dos servidores, com salários congelados há mais de cinco anos, a de um filho revoltado por não receber o presente escolhido no Natal. "É o filho que o pai está desempregado pedindo uma bicicleta no Natal. Não tem, por mais que ele mereça", comparou.

"É no mínimo uma comparação esdrúxula, mas que retrata bem o desrespeito desse governo para com os servidores desde o seu primeiro dia", comentou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. "Sim, seguimos revoltados com todo o desmonte, o desrespeito com servidores e os ataques sistemáticos desse governo aos direitos da população a serviços públicos", reforçou o secretário-geral.

Jornada de Luta em Brasília - Entre

os dias 4 e 7 de julho servidores vão promover mais uma Jornada de Luta em Brasília. As atividades incluem vigílias, recepção a parlamentares e força tarefa pela recomposição dos orçamentos, reposição salarial, negociação coletiva e contra as privatizações.

Sobre os motivos de não conceder os 5% que ele e até mesmo seu ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciaram como possível para 2022, Bolsonaro recorreu à pandemia de Covid-19, a

guerra na Ucrânia e a "ganância da Petrobras" como justificativas. O presidente voltou a declarar: "Me aponte onde tem dinheiro que eu dou".

"A ponte" da destruição - Para entidades representativas dos servidores públicos só não terá reposição salarial porque Bolsonaro não quer. Na Lei Orçamentária, foram destinados R\$ 37,6 bilhões para emendas parlamentares, dos quais R\$ 16,5 bilhões são do "orça-

mento secreto", além de R\$ 2 trilhões para pagar os juros da dívida pública. "A ponte de Bolsonaro é somente uma: a ponte da destruição. Destruição dos serviços públicos, direitos dos trabalhadores, qualidade de vida da população brasileira. É rumo ao retrocesso", aponta Sérgio.

A realidade da política implantada para o setor público nesse governo é a de arrocho salarial, menos concursos e sucateamento do serviço público. O governo Bolsonaro atingiu a menor marca da história em gasto com pessoal e pretende reduzir ainda mais.

Para os que acompanham a saga de idas e vindas e promessas vazias sobre reajuste para o funcionalismo, as declarações não chegam a representar uma surpresa. "Promessas infundadas se respondem na rua, na luta e na urna. É o que os servidores devem fazer", diz Sérgio. O foco dos servidores federais deve continuar sendo o de defender os serviços públicos brasileiros. "Queremos resgatar políticas públicas, concursos públicos, resgatar direitos", defende o secretário-geral. (FONTE: CONDSEF)

SINDSEP-MT
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DE MATO GROSSO

Filiado à CUT

Unimed Cuiabá

Oferece para os servidores o melhor plano de saúde da região

WWW.SINDSEPMT.ORG.BR

NOTÍCIAS ATUAIS DE SEU INTERESSE. MAIS ÁGIL, DINÂMICO. LÁ VOCÊ ENCONTRA AS EDIÇÕES ANTERIORES DO JORNAL "O COMPROMISSO", A NOSSA AGENDA E MUITO MAIS. ACESSE JÁ O NOSSO SITE E BOA LEITURA.

DOM E BRUNO

Em 3 atos

Jornalista e indigenista assassinados covardemente, foram velados e cremados. Queremos justiça!

DIA 15 - Esta manifestação foi feita antes da divulgação de que o jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista brasileiro e servidor licenciado da Funai, Bruno Araújo Pereira foram mortos à queima-roupa em Atalaia do Norte-AM, quase no limite da Terra Indígena Vale do Javari. Osney da Costa Oliveira, o "Dos Santos" e Amarildo da Costa de Oliveira, o "Pelado", assassinos confessos, indicaram o local onde os corpos foram enterrados e segundo relatos, mortos com requintes de crueldade.

Segurança - Assim como em várias cidades, servidores ativos e aposentados da Funai – Coordenação Regional de Cuiabá, convocados pelo Sindsep-MT, fizeram ato no estacionamento do órgão, pelo desaparecimento de Bruno e Dom. Em sua fala, Carlos Alberto de Almeida disse lamentar o sucateamento da entidade e pediu mais segurança aos servidores e aos indígenas e criticou a fala do presidente Jair Bolsonaro na qual disse que eles estavam 'passeando'. "Isso acontece em qualquer lugar do mundo e que achava que até os dois sabiam do risco que corriam naquela região", debochou Bolsonaro.

Situação grave - "Esta dor que estamos vivendo com o desaparecimento de Dom e Bruno junto a seus familiares é uma situação que tem se agravado bastante nos últimos anos em terras indígenas", disse Elias Bigio, ex-coordenador-geral de índios isolados e servidor aposentado da Funai. Hoje a situação lá é muito grave", diz.

DIA 21 - Organizações da sociedade civil realizaram ato na Praça Alencastro, cobrando justiça pelo jornalista Dom Phillips e ao servidor da Funai, Bruno Pereira. Um manifesto assinado por várias entidades diz que "É inaceitável que tenha ocorrido esse crime brutal, que tem origem e lastro na completa e

dolosa inoperância do Poder Executivo brasileiro diante de contextos de grande violência e ilegalidade na Amazônia.

Bruno Pereira não era um aventureiro e nem estava a passeio. Era servidor da Fundação Nacional do Índio (Funai), ativamente comprometido e qualificado, inclusive como Coordenador-Geral na Coordenação dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), cargo do qual foi exonerado pelo atual governo. Licenciado, assessorava uma organização indígena, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

Dom Phillips, repórter inglês que vivia desde 2007 no Brasil, trabalhava como freelancer e escrevia regularmente para o jornal The Guardian. Também trabalhou para o Washington Post, The New York Times, Financial Times, entre outros veículos. Atualmente escrevia o livro "Como salvar a Amazônia", sobre possíveis soluções para uma Amazônia sustentável, reconhecendo o protagonismo dos indígenas e ribeirinhos. Em sua viagem, buscava histórias para a obra, entre elas a do trabalho de proteção territorial no Vale do Javari.

Assim como Maxciel Pereira dos Santos, cujo assassinato em 2019 segue sem nenhuma resposta, outras pessoas também estão em risco pela inação do Estado contra narcotraficantes, piratas, garimpeiros, madeireiros, contrabandistas. Essa omissão está fartamente demonstrada no documento produzido pela Indigenistas Associados (INA) em conjunto com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Povos indígenas, servidores/as, colaboradores/as e pessoas envolvidas com a causa socioambiental têm sofrido as consequências de uma política anti-indígena intencionalmente implementada pelo governo federal", diz trecho do manifesto.

DIA 23 - O Sindsep-MT realizou ato de paralisação nacional dos servidores da Funai em Mato Grosso, atendendo decisão da Plenária Nacional realizada no dia 17. Um dos pontos centrais foi a cobrança por justiça ao servidor licenciado do órgão, Bruno Pereira e do jornalista inglês, Dom Phillips, assassinados com requintes de crueldade no Vale do Javari, segunda maior terra indígena do Brasil.

Além disso, exige que nenhuma retaliação afete servidores mobilizados e em greve, incluindo questões como mudanças de lotação, exoneração de cargos e abertura de sindicâncias administrativas. A saída imediata do presidente da Funai Marcelo Xavier e de sua equipe de ruralistas e militares é outro eixo central da pauta de reivindicações. A luta contra o chamado "Marco Temporal" junto aos movimentos sociais indígenas também será intensificada.

O presidente do sindicato, Carlos Alberto

Fotos: Mario Hashimoto



Na Funai, servidores manifestaram por justiça a Dom e Bruno



Ato marcante feito por movimentos sociais e sindicais na praça



Retornamos na regional da Funai/Cuiabá. Fora Marcelo Xavier!

de Almeida, disse lamentar as mortes de Dom e Bruno e que os movimentos sindicais e sociais não compactuam com a violência de forma alguma. "O presidente Jair Bolsonaro, quando se trata de problemas com os militares ele se posiciona rapidamente em defesa, mas o mesmo não aconteceu no caso que repercutiu no mundo todo, pelo contrário, participou de uma motociata em Manaus, desdenhando as mortes dos ativistas."

Também estiveram presentes a professora Maria Celma, presidenta interina da CUT-MT e Henrique Lopes, professor e sindicalista licenciado da Central Única dos Trabalhadores.

Funai anti-indígena - Em manifesto assinado pela Condsef/Fenadsef, Ansef, Ina e Sindsep-MT, diz que "Precisamos dar um BASTA na atual gestão anti-indígena instalada na Fundação Nacional do Índio e reunir nossas forças para estruturar mínimas condições de trabalho e segurança para a execução da nossa missão institucional de promover e proteger os direitos dos Povos Indígenas.

Não iremos descansar um minuto até que esteja fora da Funai a gestão Marcelo Xavier, que demonstra não possuir qualidade mínima para gerir a política indigenista", diz o documento.

SERVIX
Administradora de Benefícios

Conheça a **SERVIX SAÚDE**

UM POUCO SOBRE A SERVIX
Uma empresa consolidada com mais de 12 anos de atuação no mercado de Saúde Suplementar, registrada na ANS sob o número 41760-2.

Contamos com uma equipe especializada em disponibilizar planos de saúde, odontológicos e seguro de vida, registrados pela ANS, que atendem a sua necessidade e se encaixam no seu estilo de vida.

- Planos sem taxa de adesão
- Planos mais vantajosos que o mercado
- Planos sem coparticipação
- Atendimento nacional
- Desconto em medicamentos

Carlos Alberto
(65) 9.9968-4677
CARLOS.ALMEIDA02@HOTMAIL.COM
WWW.SERVIXSAUDE.COM.BR

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poço. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2019/2022

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; **Vice-Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **Secretaria Geral:** Fernando Pivetta; **Adj. Secretaria Geral:** Damásio de Souza Pereira; **Secretaria de Finanças:** Gildásio Ferreira Gomes; **Adj. Secretaria de Finanças:** Luciano Marcio Gaziani; **Secretaria de Administração:** Enildo Gomes; **Adj. Secretaria de Administração:** Nélso Fortunato Ojeda; **Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **Adj. Secretaria para Assuntos Jurídicos:** Edilson César Cunha; **Secretaria de Formação e Política Sindical:** José Olímpio da Silva Neto; **Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical:** Cícero José da Silva; **Secretaria do Interior:** Benedito Assis da Silva; **Adj. Secretaria do Interior:** Albir Alves Brito; **Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Izael Santana da Silva; **Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas:** Conceição Corrêa Costa Itacaramby; **Secretaria da Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador:** Aderbal Castro Queiroz; **Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Manoel Martins; **Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia:** Idivaldo Bernardes de Oliveira; **Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Joilson Ruas do Nascimento; **Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas:** Sandra Cristina Ribeiro; **Suplentes de Direção:** I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Sérgio Balbino Ferreira; IV - Zózimo Matias de Amorim; V - Neuza Divina de Jesus; VI - Jacira Weis; **Conselho Fiscal - Membros Efetivos:** I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinêia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; **Suplentes do Conselho Fiscal:** I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.



O nosso sindicato continua com campanha de filiação de servidores, da ativa, aposentados e pensionistas. Um dos principais motivos de ser filiado é ser representado. Quanto maior o número de filiados (as), mais forte estaremos na luta por benefícios e contra retirada de seus direitos. A sindicalização é a consciência de classe fundamental ao fortalecimento da categoria e do sindicato. A hora é essa! Filie-se você também.

ARTIGO

A reforma administrativa vai reduzir a desigualdade no Brasil?

ANA LUÍZA MATOS DE OLIVEIRA*

Na discussão sobre a reforma administrativa, a desigualdade só é lembrada quando erroneamente tentam apresentar o servidor como um privilegiado. Mas em um país internacionalmente reconhecido por enormes desigualdades, é absurdo que este não seja o ponto central não só desta, mas de qualquer reforma que pretenda melhorar o país.

Para discutir como a reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro, por meio da PEC 32/2020, amplia desigualdades, gostaria de tratar de um mito recorrente sobre a atuação do Estado brasileiro: o de que o gasto social (ou a política pública) aumenta a desigualdade. Será isso verdade?

É notório que o sistema tributário brasileiro hoje atua concentrando renda. É verdade. No entanto, o Estado brasileiro ao realizar gasto social, em especial o gasto com educação, saúde e o Regime Geral da Previdência Social, tende a reduzir a concentração de renda, como mostram diversos estudos (exemplos aqui e aqui). Qualquer discussão sobre desigualdade e serviço público, para além de discutir a renda dos servidores, precisa incorporar o papel fundamental desses trabalhadores na redução das desigualdades sociais no país como chave para prover direitos.

Assim, ficam algumas perguntas para o governo (que não trouxe para a população, até hoje, as análises de impacto da PEC). Qual o impacto da PEC 32/2020 na provisão de direitos sociais? Qual o risco para os direitos sociais a partir das alterações propostas com a privatização da política social (Art. 37-A)? Qual o risco da continuidade de serviços se o presidente ganha superpoderes para acabar com órgãos e cargos (Art. 84) e se cresce a precarização no serviço público (Art. 39-A)? Em resumo, como a PEC 32/2020 afetará os direitos constitucionais já previstos no Art. 6 da Constituição?

Reconhecidamente, no Brasil há uma feminização da pobreza, assim como a população negra também está mais vulnerável à pobreza por razões históricas e por isso também é mais dependente dos serviços públicos. A redução dos serviços públicos pode levar as desigualdades a crescer, já que há diferenças significativas entre ser de classe alta ou baixa, do Norte/Nordeste ou do Sul/Sudeste/Centro-Oeste, branca ou negra/indígena etc. Para cada um desses grupos, a importância da provisão pública de direitos sociais é diferente, mas reduzi-los é cortar necessariamente da carne dos mais vulneráveis. Engana-se quem acha que a PEC vai aprimorar o serviço público entregue aos mais pobres: nela não há uma linha sobre modernização, ampliação de investimentos ou uma proposta de avalia-

ção de desempenho, só propostas de precarização.

Há outro mecanismo, ainda, que pode afetar as desigualdades através da reforma. Antón & Bustillo (2015), examinando o caso espanhol, ponderam que as desigualdades salariais de gênero são mais altas no setor privado que no setor público e consideram que reduzir o emprego público de forma estrutural (como o quer a reforma por aqui) pode ampliar as desigualdades de gênero. E sobre a questão racial, Negreiros, Faria e Gomor (2020) apontam que há um movimento de usar a agenda de uma suposta preocupação com a desigualdade de gênero e racial para apoiar a destruição do Estado através da PEC e ampliar a precarização.

Em especial, a diferenciação feita pela PEC entre carreiras de Estado e contratos por tempo indeterminado preservaria justamente as carreiras onde há mais brancos (as que se entendem como “de Estado”) enquanto precarizaria carreiras em que os negros são mais presentes (além de ser os maiores beneficiários de muitas das políticas sociais, como já exposto).

Elomäki (2019) defende que reformas administrativas ocorridas na Finlândia, inspiradas no arcabouço da austeridade, contribuíram para a ampliação de desigualdades de gênero. Por lá, a reforma – apresentada como “técnica” e “como único caminho possível” – forçou a posterior adoção de medidas que ampliaram desi-

gualdades de gênero. Por aqui, desde a Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95/2016), estamos no disco furado das reformas que não se preocupam com seus impactos na ampliação das desigualdades. A própria EC 95/2016 teve impactos altamente deletérios na desigualdade.

Durante a pandemia, a ação do Estado na provisão de direitos sociais se fez ainda mais importante. Impactos duradouros da pandemia são esperados no Brasil e criam desafios para a política social. Mesmo antes da pandemia, havia uma necessidade crescente de intervenção pública para garantir a Agenda 2030. A pandemia aumentou a pobreza e a desigualdade na América Latina e por isso novas políticas públicas terão que ser desenhadas, não cortadas, reduzidas, precarizadas. Isto se queremos um país menos desigual, é claro.

Apesar de se apresentar como uma forma de reduzir desigualdades, a PEC é o contrário do que se finge ser. Se aprovada, tenderá a criar mais precarização e mais desigualdade e em um contexto de extrema vulnerabilidade para a sociedade brasileira.

* ANA LUÍZA MATOS DE OLIVEIRA É ECONOMISTA (UFMG), MESTRA E DOUTORA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (UNICAMP), PROFESSORA-VISITANTE DA FLACSO-BRASIL E CO-EDITORA DO BRASIL DEBATE

FONTE: LE MONDE DIPLOMATIQUE



NOME	DIA
ADAIR CARDOSO GOMES	11
ADAIR MARTINS DA SILVA	26
ADAIRTON AMBROSIO DE LIMA	07
ADELAIDE FERREIRA DOS S. BOA SORTE	03
ADEVANILCE CLEMENTINA DA LUZ BARROS	07
AGENOR GOMES DO NASCIMENTO FILHO	04
AIRZA FERNANDES MUNGO	19
ALBERTINO SABINO DE ALMEIDA	11
ANA ANTONIA DE OLIVEIRA	05
ANA BENEDITA CARVALHO DOS SANTOS	06
ANA LUIZA DE ALMEIDA NETA	07
ANGELITA DA CUNHA SANTOS	31
ANILDA NUNES DE MATTOS	04
ANTONIO ALVES DE FREITAS	16
ANTONIO CARLOS MENEGATTI	07
ANTONIO FRANCISCO ALVES	28
ANTONIO JOSE BENEDITO DE SIQUEIRA	21
ANTONIO MARCIO DE OLIVEIRA	27
ANTONIO MELCHORS	15
BENEDITA IZABEL GOMES	03
BENEDITO DA COSTA	03
BENEDITO DA SILVA	30
BENEDITO MARINS DE ANDRADE	31
CARMEN CORREA FERREIRA	18
CELSON FERREIRA GOMES	28
CLAUDIO DA S. BARBOSA	11
CLEONICE VICENTINA PERROT GODOY	19
CRISTIANE REGINA LUDKE DA SILVA	05
DANIEL VINICIUS DE SOUZA MELO	08
DIEGO MATIAS ESCOBAR	08
DIVAIR DE PAULA MEDRADO	08
EDENILSON DE MAGALHAES	02
EDINEIA SOARES DE AMORIM	24
ELAINE DA CRUZ FIGUEIREDO	14
ELLEN CRISTINA GOMES MAYA	27
ENIS LUCIA DE PINHO OLIVEIRA	07
ESMERALDO RIBEIRO FILHO	29
EURICO BENEDITO DE TOLEDO	04

EVILAZIO NEVES DA SILVA	03	LUIZ MAURO EVANGELISTA	11
FABIANA ZANELA	15	MANOEL FRANCISCO DE ARRUDA FILHO	13
FABIO DO NASCIMENTO	05	MARCIA MARION LOBO	23
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	23	MARCIO BENEDITO DE AMORIM	02
GABRIEL CORREA	06	MARIA ANTONIA DA SILVA SANTOS	18
GENESIO RIBEIRO DO NASCIMENTO	17	MARIA AUXILIADORA DO N. SOUZA	31
GENIVAL JOSE NUNES DE ARRUDA	23	MARIA AUXILIADORA TAVEIRA BASTOS LARA	02
GILSO DE ANDRADE	24	MARIA DA PENHA SILVA TEOTONIO	13
HELENA NUNES DE MORAES	03	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA RAMOS	11
HELTON CARLOS DE MEDEIROS	27	MARIA DO CARMO PEDROSO DE BARROS	17
HENRIQUETA DO CARMO BARBOSA SILVA	15	MARIA LUCIA LOURENÇO DE SOUZA	28
HERONILDES FRANCISCO VIEIRA	26	MARIA LUIZA POSSANI DA COSTA	08
HOMERO CARVALHO FILHO	06	MARINA PAULA DE ARRUDA	30
INACIO SANTANA DA SILVA	18	MARIO PINTO DE OLIVEIRA	02
IOLANDA BENEVIDES LEITE	19	MARTA AFONSO MACHADO	29
IRANY VILLELA DE MELLO LIMA	01	MARTINS TOLEDO DE MELO	27
ISMAEL GONCALVES RIBEIRO	20	MIRTES BENEDITA DA SILVA RONDON	06
IVANOEL SANTANA DE MATOS	22	NAZARIO FRAZÃO DE ALMEIDA	28
IVETE VICENTINA DE AMORIM	19	NELSON JUVENAL DA SILVA FILHO	30
IVONETE RODRIGUES DE MACEDO	14	ODETE DO NASCIMENTO MIRANDA	18
JAIRO JOAO TAVARES	22	ORLANDO DE ANDRADE	14
JOAO BOSCO MOREIRA	29	OTACILIO ROSA	10
JOAO JOSE RODRIGUES	22	PAULO FELIX CASTRO DE ALMEIDA	22
JOAO PEREIRA DA SILVA	15	PEDRO MESSIAS DE SOUZA	12
JOÃO RODRIGUES DE ALMEIDA	12	ROBERTO AURELIO DE ARAUJO AMORIM	27
JOÃO SALVADOR DA SILVA	24	ROBERTO TAUCAI	05
JOAO SANTANA DA SILVA	24	RODRIGO PIROLO GATZKE	19
JOARY CATARINO ARANTES	27	ROOSEVEL MOTTA	30
JOILSON FRANCISCO DA SILVA	02	SEBASTIANA FERREIRA PONCE	20
JOSE ANTONIO RUEDA	24	SELMANY SOARES DE MORAIS	15
JOSE DA SILVA MAIA	07	SIMONE CRISTINA TARANTIN G. DOS SANTOS	26
JOSE DO CARMO NOBRE	16	TIAGO NONATO DOS SANTOS PEREIRA	19
JOSE DO EGITO BONFIM SALES	19	VALDECI NAVES DO NASCIMENTO	14
JOSE FERREIRA DA SILVA	02	VALDECY RODRIGUES DA SILVA	14
JOSE FRANCISCO DE SOUZA	06	VALDENIR BENTO DE SOUZA	11
JUAREZ COIMBRA ORMONDE	07	VALDESON CANDIDO DA SILVA	30
JURANDINA MONTEIRO LOPES DE ARAUJO	01	VALDIM FERREIRA LIMA	22
LAUREN LOGSDON	28	VANIA MAYSA DE MATTOS BARROS	16
LEILA OLIVEIRA NEVES MORAES	19	VILMA DA CRUZ CAMPOS	03
LENILZETE CÂNDIDA DE C. MELO MARTINS	19	WALDEMIR NUNES FONTOURA	31
LETICIA CARVALHO DE SOUZA	19	WALDES RODRIGUES DE MELO	13
LIONOR SILVA SANTOS	02	WALDIR MAGALHÃES VALÉRIO DA SILVA	03
LOURDES ANTONIA FERREIRA	31	WILSON GOMES DA SILVA	03
LUCIANO MONAI MONTESSI	07	ZENI SALETE BOFF	13
LUIS ROBERTO DIAS	02	ZILMA APARECIDA GONCALVES	24
LUIZ ALBERTO DA SILVA ARAUJO	20	ZUNILDE FARIA DA COSTA	17
LUIZ BENEDITO DOS SANTOS	10		
LUIZ CARLOS TACITO	08		